



Prefeitura de Mauá - SP
Professor De Educação Básica II – PEB II – Inglês

LÍNGUA PORTUGUESA

Ortografia oficial	1
Acentuação gráfica.....	10
Flexão nominal e verbal	12
Pronomes: emprego, formas de tratamento e colocação.....	16
Emprego de tempos e modos verbais. Vozes do verbo	21
Concordância nominal e verbal	21
Regência nominal e verbal	23
Ocorrência de crase	26
Pontuação	27
Redação (confronto e reconhecimento de frases corretas e incorretas)	32
Intelecção de texto	33
Questões	35
Gabarito.....	46

CONHECIMENTOS PEDAGÓGICOS E LEGISLAÇÃO

Os diferentes ritmos na construção do conhecimento	1
Integração escola, família e comunidade.....	2
O papel do professor no mundo atual	4
Constituição da república federativa do brasil – artigo 5º, artigos 37 ao 41, 205 a 214 e 227 ao 229.....	7
Estatuto da criança e do adolescente. Lei nº 8069, de 13 de julho de 1990.....	26
Lei federal nº. 9394, De 20/12/1996 - estabelece as diretrizes e bases da educação nacional	93
Resolução cne/ceb nº. 02, De 11 de setembro de 2001 – institui diretrizes nacionais para a educação especial na educação básica	125
Resolução cne/ceb nº 5, de 17 de dezembro de 2009 - fixa as diretrizes curriculares nacionais para a educação infantil	130
Resolução cne/cp nº 04/2010 – define diretrizes curriculares nacionais gerais para a educação básica.....	133
Resolução cne/cp nº 02/2017 – institui e orienta a implantação da base nacional comum curricular, a ser respeitada obrigatoriamente ao longo das etapas e respectivas modalidades no âmbito da educação básica	149
Questões	159
Gabarito.....	165

SUMÁRIO



BIBLIOGRAFIA

Bacich, I.; Moran, j. Metodologias ativas para uma educação inovadora: uma abordagem teórico-prática. Porto alegre: penso, 2017.....	1
Chripino, á. Gestão do conflito escolar: da classificação dos conflitos aos modelos de mediação. In: ensaio: aval. Pol. Públ. Educ., Rio de Janeiro, v.15, N.54, P. 11-28, Jan./Mar. 2007.....	1
Lerner, delia — ler e escrever na escola: o real, o possível e o necessário. 1ª ed. Artmed, 2002.....	2
Luckesi, cipriano c. — Avaliação da aprendizagem escolar: estudos e proposições. 22ª ed. São paulo: cortez, 2011.....	2
Mantoan, maria teresa eglér. Abrindo as escolas às diferenças, capítulo 5, in: mantoan, maria teresa eglér (org.) Pensando e fazendo educação de qualidade. São paulo: moderna, 2001.....	3
Moran, j. Educação híbrida: um conceito chave para a educação, hoje. Texto publicado no livro ensino híbrido: personalização e tecnologia na educação, organizado por bacich, tanzi & trevisani – porto alegre: penso, 2015.....	4
Moran, j. Por onde começar a transformar nossas escolas? Texto publicado do livro “a educação que desejamos: novos desafios e como chegar lá”. Cap. 6. 6ª reimpressão. Campinas: papirus, 2016. Páginas 145-165.....	6
Solé, isabel — estratégias de leitura. 6ª ed. Penso, s.D.....	7
Vasconcellos, celso dos santos — indisciplina e disciplina escolar: fundamentos para o trabalho docente. 1ª ed. São paulo: cortez, 2010.....	13
Weisz, telma — o diálogo entre o ensino e a aprendizagem. 2ª ed. Ática, 2000.....	13
Zabala, a. – A prática educativa: como ensinar. Porto alegre: artmed, 1998.....	14

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

Base Nacional Comum Curricular - Educação é a base – Assuntos relacionados à INGLÊS.....	1
Fundamentos teóricos do processo de ensino - aprendizagem da Língua Inglesa e principais abordagens metodológicas.....	34
Compreensão, interpretação e produção de textos: Estratégias de leitura, tipologia, estrutura e organização textual.....	36
Coerência e coesão; Principais elementos e relações da estrutura linguística do Inglês (morfologia, sintaxe, semântica, fonologia, vocabulário).....	38
O ensino de Línguas para comunicação; Dimensões comunicativas no Ensino de Inglês.....	75
Proposta Curricular de Língua Estrangeira Moderna.....	80
Interculturalidade e Interdisciplinaridade no Ensino da Língua Inglesa.....	86
Aprendizado de Língua Estrangeira: Língua como Discurso; Conhecimento Contextual (Conhecimento dos interlocutores, lugar, hora e objetivo do ato comunicativo); Conhecimento Textual (Organizações textuais diferentes como descrição, exploração e argumentação); Conhecimento Linguístico / Sistêmico (Conhecimento do aspecto linguístico no ato comunicativo); Uso Social da Língua.....	87



Ensino da Língua Inglesa: Concepções sobre o ensino - aprendizagem da Língua Inglesa; Tendências pedagógicas: Métodos e abordagens de ensino; O processo de ensinar e aprender uma língua estrangeira.....	93
O papel da Língua Inglesa no currículo.....	98
Questões	100
Gabarito.....	107

SUMÁRIO



A ortografia oficial da língua portuguesa trata das regras que orientam a escrita correta das palavras, garantindo a padronização e a clareza na comunicação. Essas normas são fundamentais para a uniformidade da língua escrita, tanto em contextos formais quanto informais. Ao longo do tempo, o português passou por diversas reformas ortográficas, sendo a mais recente o Novo Acordo Ortográfico, que trouxe algumas mudanças na grafia de palavras e na inclusão de certas letras no alfabeto oficial.

Aprender a ortografia correta de uma língua exige prática, e a leitura é uma das ferramentas mais eficazes para alcançar esse objetivo. A leitura regular não apenas amplia o vocabulário, mas também auxilia na memorização das grafias, uma vez que expõe o leitor a diferentes padrões e contextos. No entanto, apesar da existência de regras claras, a ortografia do português é repleta de exceções, exigindo atenção redobrada dos falantes.

Neste texto, serão abordadas as principais regras ortográficas do português, com destaque para dúvidas comuns entre os falantes. Desde o uso das letras do alfabeto até as regras para o emprego de X, S e Z, veremos como essas normas são aplicadas e quais são os erros mais frequentes. Além disso, exploraremos a distinção entre parônimos e homônimos, palavras que, por sua semelhança gráfica ou sonora, costumam causar confusão.

— O Alfabeto na Língua Portuguesa

O alfabeto da língua portuguesa é composto por 26 letras, sendo que cada uma possui um som e uma função específica na formação de palavras. Essas letras estão divididas em dois grupos principais: vogais e consoantes. As vogais são cinco: A, E, I, O, U, enquanto as demais letras do alfabeto são classificadas como consoantes.

A principal função das vogais é servir de núcleo das sílabas, enquanto as consoantes têm a função de apoiar as vogais na formação de sílabas e palavras. Essa divisão permite uma vasta combinação de sons, o que torna o português uma língua rica e complexa em termos de fonologia e grafia.

Inclusão das Letras K, W e Y

Com a implementação do Novo Acordo Ortográfico, assinado pelos países lusófonos em 1990 e efetivado em 2009, houve a reintrodução das letras K, W e Y no alfabeto oficial da língua portuguesa. Essas letras, que anteriormente eram consideradas estranhas ao alfabeto, passaram a ser aceitas oficialmente em determinadas circunstâncias específicas.

As letras K, W e Y são utilizadas em:

- **Nomes próprios estrangeiros:** Exemplo: Kátia, William, Yakov.
- **Abreviaturas e símbolos internacionais:** Exemplo: km (quilômetro), watts (W).

O objetivo dessa inclusão foi alinhar a ortografia portuguesa com o uso global dessas letras em contextos internacionais, especialmente para garantir a correta grafia de nomes e símbolos que fazem parte da cultura e ciência contemporâneas.

Relevância do Alfabeto para a Ortografia

Compreender o alfabeto e suas características é o primeiro passo para dominar a ortografia oficial. A combinação correta das letras, assim como o reconhecimento dos sons que elas representam, é fundamental para escrever com precisão. A distinção entre vogais e consoantes e o uso adequado das letras adicionadas pelo Acordo Ortográfico são pilares essenciais para evitar erros na grafia de palavras.

A familiaridade com o alfabeto também ajuda a identificar casos de empréstimos linguísticos e termos estrangeiros que foram incorporados ao português, reforçando a necessidade de se adaptar às mudanças ortográficas que ocorrem com o tempo.



A construção do conhecimento é um processo dinâmico e individual, influenciado por diversos fatores, como a bagagem cultural, as experiências prévias, as habilidades cognitivas e as metodologias de ensino utilizadas. No contexto educacional, é fundamental reconhecer que os alunos aprendem em ritmos diferentes, o que exige estratégias pedagógicas diversificadas para garantir a inclusão e o desenvolvimento de todos.

O Conceito de Ritmos de Aprendizagem

Cada indivíduo possui um ritmo próprio para adquirir, processar e consolidar informações. Esse ritmo pode variar de acordo com:

- **Aspectos biológicos:** O desenvolvimento neurológico e as características cognitivas individuais influenciam a capacidade de absorção do conhecimento.
- **Experiências anteriores:** Alunos com maior contato prévio com determinado conteúdo podem apresentar maior facilidade na aprendizagem.
- **Motivação e interesse:** O envolvimento emocional e o interesse pelo tema impactam diretamente a velocidade do aprendizado.
- **Estilo de aprendizagem:** Alguns aprendem melhor por meio da leitura, outros por meio da prática ou de estímulos visuais e auditivos.
- **Contexto sociocultural:** O ambiente familiar e as condições socioeconômicas podem facilitar ou dificultar o acesso ao conhecimento.

Respeitar essas diferenças é essencial para um ensino mais inclusivo e eficiente.

Tipos de Ritmos de Aprendizagem

Dentro do ambiente escolar, os alunos podem ser classificados em diferentes perfis de ritmo de aprendizagem:

Aprendizes Rápidos

São aqueles que assimilam novos conceitos com facilidade e rapidez. Costumam necessitar de desafios constantes para manter o interesse e evitar o desengajamento.

Aprendizes Médios

Representam a maioria dos estudantes e aprendem em um ritmo considerado padrão. Beneficiam-se de metodologias variadas e de reforço do conteúdo ao longo do tempo.

Aprendizes Lentos

Têm maior dificuldade para assimilar conteúdos e necessitam de mais tempo para processar as informações. Estratégias de ensino individualizado e acompanhamento mais próximo são fundamentais para seu progresso.

A velocidade da aprendizagem não deve ser vista como um fator de superioridade ou inferioridade, mas sim como uma característica individual que requer adaptação no ensino.

Métodos de Ensino para Diferentes Ritmos de Aprendizagem

Para atender à diversidade de ritmos, os educadores devem adotar abordagens pedagógicas flexíveis e diversificadas. Algumas das principais estratégias incluem:



Bibliografia

No capítulo *Abrindo as Escolas às Diferenças*, Maria Teresa Eglér Mantoan reflete sobre a importância da inclusão e da valorização da diversidade no ambiente escolar, defendendo uma concepção de educação que reconhece e respeita as diferenças como parte essencial do processo de aprendizagem. A autora propõe uma crítica contundente ao modelo tradicional de ensino, que tende a homogeneizar os alunos, desconsiderando suas singularidades, e defende uma escola aberta à pluralidade, capaz de acolher e potencializar as diferentes formas de ser, aprender e se expressar.

Mantoan parte da premissa de que a diferença é uma característica inerente à condição humana, não um obstáculo a ser superado. Em vez de tentar “normalizar” os alunos para que se encaixem em padrões rígidos de comportamento e desempenho, a escola deve criar condições para que cada estudante possa desenvolver suas potencialidades de forma plena. O ambiente escolar deve ser um espaço de convivência com a diversidade, onde o respeito às diferenças não se limite ao discurso, mas se traduza em práticas pedagógicas concretas que promovam a equidade e a justiça social.

O conceito de educação inclusiva é central na argumentação da autora. Para Mantoan, a inclusão não se refere apenas à presença física de alunos com deficiência na escola regular, mas envolve uma transformação profunda nas concepções pedagógicas, nas relações interpessoais e na organização do ensino. A educação inclusiva pressupõe o reconhecimento de que todos os alunos têm o direito de aprender juntos, em ambientes que valorizem a cooperação, o diálogo e o respeito mútuo. Trata-se de um movimento que desafia práticas excludentes, baseadas em classificações, diagnósticos e separações que marginalizam aqueles que não se encaixam nos modelos tradicionais de “normalidade”.

A autora critica a lógica da homogeneização presente em muitas escolas, que busca padronizar o processo de ensino-aprendizagem, tratando os alunos de forma uniforme, sem considerar suas especificidades. Esse modelo ignora o fato de que cada estudante possui um ritmo, um estilo de aprendizagem, interesses e necessidades diferentes. A proposta de Mantoan é substituir essa lógica por uma pedagogia da diferença, que reconheça e valorize a singularidade de cada indivíduo, criando condições para que todos possam participar ativamente do processo educativo.

No âmbito da prática pedagógica, Mantoan defende a adoção de estratégias diversificadas de ensino, que atendam às múltiplas formas de aprender. Isso implica o uso de metodologias ativas, projetos interdisciplinares, atividades em grupo, recursos multimídia e abordagens flexíveis, que permitam aos alunos explorar seus talentos e desenvolver competências de diferentes maneiras. O currículo deve ser pensado de forma a garantir a participação de todos, promovendo a autonomia e o protagonismo dos estudantes no processo de aprendizagem.

A autora destaca o papel fundamental do professor como agente de transformação. O educador, segundo Mantoan, deve ser um profissional reflexivo, capaz de questionar suas práticas, desconstruir preconceitos e buscar constantemente novas formas de ensinar. O professor inclusivo é aquele que acredita no potencial de todos os seus alunos, que valoriza suas contribuições e que cria um ambiente acolhedor, onde o erro é visto como parte do processo de aprendizagem e não como um fracasso. O trabalho colaborativo entre professores, o planejamento conjunto e a troca de experiências são estratégias importantes para o desenvolvimento de uma prática pedagógica inclusiva.

Outro aspecto relevante abordado no capítulo é a importância da gestão escolar na promoção da inclusão. A abertura da escola às diferenças não depende apenas da atuação individual dos professores, mas requer uma mudança na cultura institucional, que envolva a equipe gestora, os funcionários, as famílias e a comunidade. A gestão democrática, baseada na participação de todos os envolvidos no processo educativo, é fundamental para a construção de uma escola inclusiva. Isso inclui a elaboração de projetos pedagógicos que contemplem a diversidade, a formação continuada dos profissionais da educação e o estabelecimento de parcerias com outras instituições e serviços de apoio.



A Base Nacional Comum Curricular é um documento que determina o conjunto de competências gerais que todos os alunos devem desenvolver ao longo da Educação Básica — que inclui a Educação Infantil, o Ensino Fundamental e o Ensino Médio.

Esse conhecimento pretende assegurar uma formação humana integral com foco na construção de uma sociedade inclusiva, justa e democrática. Para a primeira etapa da Educação Básica, a escola deve garantir seis direitos de desenvolvimento e aprendizagem, de forma que todas as crianças tenham oportunidades de aprender e se desenvolver.

Após a aprovação da nova Base Nacional Comum Curricular (BNCC), em dezembro de 2017, começaram as discussões visando a melhor forma de implementar as novas diretrizes da BNCC na Educação Infantil de todo o país.

Nessa etapa da Educação Básica, a BNCC define direitos de aprendizagem e os campos de experiências substituem as áreas do conhecimento do Ensino Fundamental. Em cada campo existem objetivos de aprendizado e desenvolvimento do aluno, em vez de unidades temáticas, objetos de conhecimento e habilidades.

É responsabilidade das escolas garantir que seus alunos receberão, em sala de aula, as competências gerais estabelecidas pelo documento. Dessa forma, o cenário educacional nacional se torna mais justo e igualitário para todas as crianças.

O primeiro texto sugerido no projeto foi discutido e elaborado em conjunto com 116 especialistas em educação. A proposta foi aberta à consulta pública até março de 2016, quando foi revisada.

Em maio do mesmo ano, a segunda versão do documento foi divulgada. Quase um ano depois, em abril de 2017, a terceira e última versão foi revelada e apresentada ao Conselho Nacional de Educação (CNE).

No mesmo ano, o CNE preparou audiências públicas em cinco regionais. O objetivo era alcançar colaborações para a elaboração da norma instituidora da BNCC. No dia 15 de dezembro, o projeto foi homologado e seguiu para a aprovação do Ministério da Educação (MEC).

A resolução que orienta e institui a implementação da BNCC na Educação Infantil e no Ensino Médio foi publicada no dia 22 de dezembro de 2017.

Qual é o prazo para implementação nas escolas?

Existe um comitê especial responsável por acompanhar a implantação da nova base nas escolas públicas e privadas, que deverá ocorrer até o dia 31 de dezembro de 2020.

Até lá, o grupo de especialistas deve propor debates, discussões acerca dos temas referentes aos desafios da implementação e nortear ações a serem tomadas pelo governo para a concretização do novo currículo.¹

A base curricular do ensino brasileiro tem passado por diversas mudanças, dentre elas, temos a lei a seguir.

Lei nº 13.415/2017

- Altera a LDB
- Altera o Fundeb
- Altera a CLT
- Revoga a Lei 11.161/2005
- Institui a Política de Fomento à Implementação de Escolas de Ensino Médio em Tempo Integral.

¹ Fonte: www.educacaoinfantil.aix.com.br